

SISTEMA FAEP



Mala Direta Postal
9912152808/2006-DR/PR
SENAR
CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

Ano XXIV | nº 1071 | 19 a 25 de outubro de 2009

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares



ESPECIAL AGRINHO

Os resultados do projeto transformador da educação

pág 11

}} PESQUISA IBOPE/CNA | PÁG 2

O novo Jeca Tatu

» O MST está favelizando o campo brasileiro



2

Capa

MST e o novo Jeca Tatu



Divulgação

6

Pirataria

O contrabando de agrotóxicos



8

Zoneamento agroecológico

Onde plantar cana

10

Sanidade Vegetal

As novas metas da defesa sanitária

11

Especial Agrinho

Os bons resultados



Divulgação

15

Cursos Senar

Jardinagem, culinária e ervas medicinais



18

Via Rápida

A imprensa, Einstein e saúva

20

Comercialização

Os leilões do trigo

23

Biosegurança

Cuidados com o milho transgênico

“MST cria favelas no campo”



Arquivo

Movimento quer eternizar a dependência e a pobreza dos assentados

A pesquisa do Ibope consultou mil pessoas em nove assentamentos localizados em diferentes Estados. A proposta foi a de levantar informações gerais sobre as condições de vida das famílias que residem em assentamentos rurais consolidados ou em processo de consolidação localizados em nove estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, São Paulo e Tocantins. Foram selecionados, a partir de listagem do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os assentamentos com maior número de famílias em cada Estado e, dentre esses, os assentamentos em estágio mais avançado de consolidação. A coleta dos dados ocorreu entre os dias 12 e 18 de setembro de 2009, sendo entrevistadas pessoas residentes no local com 18 anos ou mais.

“A pesquisa mostra que esse modelo não é adequado, não está gerando renda. São favelas rurais que estão sendo criadas no campo. Você não tira as pessoas da pobreza dando um pedaço de chão.”, criticou a senadora Kátia Abreu ao comentar os resultados da pesquisa.

**PESQUISA IBOPE/CNA**

RENDA | Para 37% das famílias que vivem em assentamentos da reforma agrária brasileira, a renda mensal é de, no máximo, um salário mínimo. “Ou seja, em 40% dos assentamentos pesquisados a renda individual é de um quarto de salário mínimo, uma situação de extrema pobreza”. A pesquisa completa é uma verdadeira ‘radiografia’ da situação nos assentamentos e mostra, por exemplo, que 75% desse público não têm acesso ao crédito oferecido pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que é a linha de financiamento criada

Por que o MST não quer os assentados com título de propriedade?

O próprio MST listou 7.627 ocupações de terras desde 1984, quando o movimento surgiu, e 163.191 famílias foram assentadas. O ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, afirmou que nos últimos seis anos 520 mil famílias foram assentadas. O Incra diz que assentou 448 mil famílias até 2007, mas não revela nem a forma ou o período em que aconteceram os assentamentos. Como se percebe, em matéria de números, o triângulo MST/MDA/INCRA não se entende. E nenhum dos três se manifesta quando se levanta a questão da emancipação dos assentados. Não bastasse a omissão do governo no cumprimento das reintegrações de posse, depredações e roubos em propriedades invadidas, e a impunidade das lideranças do MST e seus congêneres, a emancipação dos assentados é tabu. Embora responsável pelos assentamentos, o Incra não tem o comando e desconhece o que neles ocorre (como vendas e arrendamento dos lotes). Mas não pensa em emancipar esses assentados.

Isso atende a uma lógica do MST. Ao manter a terra sob domínio da União, o objetivo ideológico do Movimento é manter os assentados sob o jugo de lideranças que deles exigem comprometimento político-ideológico; obter recursos financeiros através de percentuais de financiamentos públicos; e poder de mobilização em atos de protestos, marchas e invasões de propriedades.

“ O Incra não tem o comando e desconhece o que ocorre nos assentamentos (como vendas e arrendamento dos lotes). Mas não pensa em emancipar esses assentados ”

pelo governo para apoiar os pequenos produtores rurais.

PRODUÇÃO | A pesquisa mostra que 37% dos assentados não têm qualquer produção. Na fatia restante de 63% que apresenta algum tipo de produção, somente 27,7% conseguem produzir o suficiente para abastecer sua própria família e gerar algum excedente para comercialização, ou seja, apresentam capacidade de gerar renda. A análise dos

dados comprova que, efetivamente, 72,3% dos entrevistados não conseguem obter renda com a produção rural nos assentamentos. A pesquisa indica, ainda, que 49% da renda dos assentados não está ligada à atividade na propriedade rural, havendo necessidade de complementação por meios como aposentadorias, pensões, bolsa família, seguro desemprego e trabalho assalariado. Sem essas outras fontes, a renda média cairia para 0,86% do salário mínimo.

* **Reinaldo Azevedo**



OPINIÃO

Governo terceirizou a reforma agrária

É evidente que o modelo de reforma agrária é um desastre. Aliás, o seu fracasso é um enorme sucesso, não é mesmo? Falando no Congresso, Guilherme Cassel, o patético ministro do Desenvolvimento Agrário, fez a defesa dos “movimentos sociais” – como se alguém estivesse contra eles. Não! O que se combate é esta formidável máquina de torrar dinheiro público e produzir pobreza em que se transformou a união de MST, Teologia da Invasão e governo federal. Criem vergonha na cara, senhores! Libertem os pobres!

O governo terceirizou a reforma agrária, a entregou ao MST. É ele quem decide tudo – incluindo o uso dos recursos que deveriam servir de incentivo aos assentados. Esse controle se dá por meio de cooperativas e das tais entidades de fachada. Ocorre que o propósito do movimento é invadir e não consolidar a posse da terra e a produção. Explica-se: cada assentado é, potencialmente, um invasor a menos. Segundo as leis do MST, quem obtém a posse da terra está obrigado a continuar no movimento em benefício dos companheiros acampados. É um ciclo que se auto-alimenta; não tem fim. Quando falta mão-de-obra invasora, o MST vai buscá-la na periferia das cidades médias. Há sem-terra que nunca plantou um pé de couve. Não por falta de terra. É que não saberia distinguir a verdura de um pé de língua-de-vaca.

* www.veja.abril.com.br/blog/reinaldo

80 milhões de hectares

A revista Veja comprovou ainda mais que os assentamentos são instrumentos que permitem ao MST viabilizar recursos para suas atividades, através de convênios com o governo federal, por meio de cooperativas, associações e ONGs por ele constituídas.

Essa situação, relata o engenheiro-agrônomo José Guilherme Lobo Cavnari, “é conveniente ao Governo Federal que ao canalizar recursos ao MST e outros movimentos, compra a adesão e convência deles”. José Guilherme é autor de um trabalho intitulado “Emancipação dos assentamentos e o poder dominante do MST no Paraná” (BI 993-fevereiro de 2008). Há um acordo tácito entre o INCRA, MDA e o MST no que resulta, segundo a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA, baseada na pesquisa Ibope, em que no Brasil “existem 8.310 assentamentos abrigando 870 mil famílias e ocupando 80 milhões de hectares”. Ela ainda afirmou que “40% dos assentamentos estão no estado do Pará e, apenas para comparação, toda a produção brasileira de grãos é obtida a partir dos 60 milhões de hectares plantados”. Em todo esse conjunto, somente parcela de 3%, ou seja, 240 dos assentamentos foram emancipados.

Conflito de classes

O direito à propriedade privada é princípio constitucional. “O Incra”, lembra José Guilherme, “vem agindo de forma ilegal ao manter, nos assentamentos, o sistema da propriedade coletiva estatal, sob o regime da posse precária pelo assentado”. Ainda mais, complementa: “ao permitir que tais assentamentos fiquem sob o controle dos Movimentos, constitui uma das principais causas dos conflitos no meio rural brasileiro, o que leva à conclusão de que o governo federal, ao invés de mediar, estimula o conflito de classes”.

Em resumo, os assentamentos são essenciais ao MST e seus congêneres dentro de suas estratégias político-ideológicas. Por não estarem emancipados, os assentamentos constituem uma das principais causas que mantém a dinâmica das invasões das propriedades, financiadas indiretamente por recursos públicos. Para José Guilherme, “seja pela Constituição ou pelos princípios de cidadania, o Incra tem a obrigação de outorgar o título de domínio aos assentados, queiram ou não os arautos do socialismo dogmático e os oportunistas travestidos de líder”. Afinal, os assentados pelo menos devem imaginar a segurança de um título de propriedade para suas famílias.

Seis anos de cadeia

Pela lei, depois da criação do projeto de assentamento, os assentados recebem um documento chamado “contrato de concessão de uso”, uma autorização para uso da área – normalmente lotes de 15 a 20 hectares – por cinco anos, no mínimo. A propriedade do imóvel continua sendo do Incra. Arrendar, permutar, comprar ou vender lotes de assentamentos é ilegal e fere, além da Constituição, os códigos Penal, Comercial e Civil. A pena para quem negocia os lotes pode chegar a seis anos de prisão. A lei também proíbe qualquer cessão, arrendamento ou permuta das terras sem o aval do Incra. Famílias que já foram assentadas e vendem seus lotes ficam excluídas do programa de reforma agrária no INCRA nacional e não podem mais ser assentadas; já as pessoas que compram lotes não têm garantia nenhuma de ficar com essa terra e o Incra pede na Justiça a reintegração de posse e a pessoa ter que sair sem direito a indenização nenhuma”, informava Maria Cristina Medina Casagrande, então chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, no Paraná, em 31 de julho do ano passado. Alguém tem idéia de quantas ações de reintegração de posse foram promovidas pelo Incra, no Paraná? Consultada, a Superintendência do órgão no Paraná respondeu que seria necessário fazer “um levantamento”. A pesquisa Ibope/CNA revela ainda que 46% dos assentados disseram ter comprado a terra de terceiros.



SEM TECNOLOGIA | Os principais instrumentos de trabalho são enxada, foice e pá. O trator aparece somente em sétimo lugar, presente em 9% dos domicílios pesquisados. A pesquisa aponta também que 46% dos assentados têm 50 anos ou mais, ou seja, uma população com idade média avançada. Outro dado de extrema gravidade mostra que em 19% dos assentamentos há presença de trabalho infantil. Grupo de 68% dos

entrevistados é analfabeto ou teve acesso, no máximo, até a quarta série do ensino fundamental. Em média, 4,3 pessoas moram em cada casa de um assentamento da reforma agrária, mas 14% desses domicílios não tem banheiro ou outra instalação sanitária. Entre os 86% que têm banheiro, parcela de 63% utiliza fossa rudimentar. Em 42% das propriedades, a água utilizada vem de poço ou nascente.



Como se eliminou a maior floresta nativa do Paraná

Fazenda Araupel, invadida em 1996, continua inacessível, "lacrada" pelo MST

Uma triste história de destruição ainda carrega marcas e têm cicatrizes abertas no sudoeste do Paraná. Foi há 13 anos que o MST invadiu a Fazenda Araupel, situada em uma região de junção entre a Floresta de Araucária e a Floresta Estacional Semidecidual, área com uma grande e característica diversidade biológica. O resultado foi a degradação ambiental e o desaparecimento da fauna e flora presentes na localidade. Como se não bastasse, o local segue inacessível a pesquisadores e mesmo a entidades governamentais.

Os prejuízos das seguidas invasões são incalculáveis, uma vez que a fazenda abrigava a maior floresta nativa do Estado do Paraná, depois da Mata Litorânea Atlântica e do Parque Nacional do Iguaçu. Ali era encontrada uma mata densa de araucária, além da existência de 78 espécies distribuídas em 33 famílias botânicas. Já em relação à fauna, a representatividade chegava a 70 espécies de mamíferos, como veado-mateiro, onça-pintada, onça-parda, lontra, porcos do mato, anta e capivara. As aves mais comuns eram a jacutinga, o pica-pau-rei e o tucano-de-bico-verde, em um universo de mais de 300 espécies.

Flora devastada

O MST conseguiu o que parecia impossível. Acabar com a flora da região. A ação impensada reduziu para 11% a representatividade da mata de arau-

cária, que antes era superior a 50% do total. As queimadas descontroladas, além de deixar sem proteção da floresta ciliar rios, córregos e aguadas, dizimou mais de 10 mil hectares de matas nativas, o que representa 1% da cobertura florestal no Paraná. O remanescente ficou abaixo dos 20% da área total exigida pelo Código Florestal.

Fauna devastada

Com a destruição da flora, a fauna também teve perdas incalculáveis. A caça desregulada levou à extinção do queixada, uma espécie de porco do mato. Isso porque o animal só é predado por onças, e pesquisadores garantem que eles precisam de grandes áreas bem conservadas para a sobrevivência, principalmente por andarem em bandos. A extinção de áreas florestais e a caça descontrolada tornam a espécie altamente vulnerável. Na década de 90 o animal foi estudo de pesquisa, porém, as invasões do MST impediram a continuidade dos levantamentos. Até hoje, pesquisadores são proibidos de entrar na área.

Cronologia da destruição

- 17/04/96** | Invasão de 3 mil famílias lideradas pelo MST, envolvendo 10 mil pessoas;
- 05/07/96** | Primeiras denúncias ao Ibama e IAP sobre a derrubada da floresta nativa e a caça indiscriminada de animais silvestres;
- 02/08/96** | Relatório do Ibama alerta sobre o perigo da degradação ambiental irreversível;
- 09/08/96** | Ibama encaminha relatórios ao INCRA pedindo que cessem o desmatamento e a caça;
- 16/01/97** | Área de 16.852,16 hectares são destinados para a reforma agrária;
- 05/08/97** | Invasão do MST ocupando 10 mil hectares remanescentes;
- 09/10/97** | Novas denúncias de desmatamento. Porém Ibama só consegue entrar na área, após autorização do MST;
- 1999 a 2000** | Três novas invasões promovidas pelo MST com completa devastação devido ao desmatamento e às queimadas;
- 2009** | O local continua de posse do MST que não permite pesquisadores, fiscais ou técnicos para colher dados da área.

SEM RENDA | "Um pedaço de terra não gera automaticamente renda. Não se faz renda apenas com o patrimônio", denunciou Kátia Abreu. Ela destacou também dados que comprovam a falta de presença do poder público nos assentamentos. Dos pesquisados, parcela de 83% nunca participou de qualquer tipo de curso de qualificação. Dos 17% que já freqüentaram cursos, somente 2% indicaram que esses cursos foram promovidos por alguma cooperativa. "Onde

estão as cooperativas? Receberam mais de R\$ 100 milhões de reais", criticou a senadora, remetendo às denúncias feitas pela revista Veja de que cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) teriam recebido recursos oficiais, mas não promoveram ações efetivas para auxiliar o homem do campo. Do público que freqüentou cursos, 53% freqüentaram ações de capacitação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).



}} A ROTA DO CONTRABANDO



Olho na pirataria

Agrotóxicos falsificados podem levar produtor rural para a cadeia por contrabando

De produtor rural a contrabandista. É isso que pode acontecer com aqueles que são pegos com agrotóxicos ilegais. Se o agricultor ainda pensa que está fazendo um bom negócio economizando na hora de comprar um produto pirata, pode pagar muito caro, inclusive respondendo pelo crime de contrabando e trocar a paisagem do campo pelas paredes da prisão. “O produtor sabe que está cometendo uma irregularidade, mas talvez não saiba das inúmeras consequências. Há multas, ele responde na justiça por contrabando e pode até ser preso em flagrante”, analisa o Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Marcelo Bressan.

Cuidados na compra:

- » Suspeite de preços muito baixos;
- » Não receba vendedores não credenciados;
- » Exija nota fiscal e receituário agrônomo;
- » Compre apenas de revendedores idôneos;
- » Atenção com as embalagens em idioma espanhol;
- » Embalagens de sacos plásticos, metalizados ou caixas de papel cartão são suspeitas

}} PENALIDADES

- » **Contrabando ou descaminho** | Pena de reclusão de 1 a 4 anos;
- » **Crime Ambiental** | Pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa de R\$ 500 a R\$ 2 milhões aplicada pelo Ibama;
- » **Sonegação Fiscal** | Autuação pela Receita Federal por sonegação;
- » **Crime na Lei dos Agrotóxicos** | Pena de reclusão de 2 a 4 anos;
- » **Lei 7802/89 - Destruição de Lavouras** | O produtor terá sua lavoura interdita e posteriormente destruída, através de incineração.

No final de setembro e início de outubro, o Ministério da Agricultura encabeçou uma operação no norte do Paraná. Ao todo, foram fiscalizadas 260 propriedades em 33 municípios da região. O resultado foi a autuação de 22 produtores e a apreensão de 501 embalagens de agrotóxicos ilegais. “Encontramos 258 embalagens cheias e outras 243 vazias. Não sabemos o que é pior, já que a vazia indica que ela já foi usada”, relata Bressan. “Nosso objetivo é alertar os produtores e as operações vão continuar”, completa.

Segundo ele, a estimativa é de que aproximadamente 15% dos produtores utilizem agrotóxicos contrabandeados, oriundos em sua maioria do Paraguai, porém a rota inclui Uruguai, China e Índia. Mas o problema não para aí. Ao adquirir um produto ilegal e sem nota fiscal, além de infringir a lei, o produtor abre a porta para o crime organizado. “É uma bola de neve, uma ação em cadeia. O vendedor desse produto tem outras ligações perigosas e mais tarde acaba cometendo outros crimes contra o próprio produtor que o recebeu”, alerta o fiscal do Ministério da Agricultura.

Receituário é obrigatório

Para poder adquirir qualquer agrotóxico, o produtor rural necessita de um receituário agrônomo, fornecido por um agrônomo e que protege o usuário. “Em uma fiscalização, o produtor precisa apresentar o receituário. É a garantia de uso do produto, pois é emitido por um profissional habilitado. É a prescrição e orientação técnica para utilizar o agrotóxico”, explica Carla Beck, Engenheira Agrônoma da FAEP.

Além disso, sem o receituário e com um produto ilegal, não há como o produtor se livrar da embalagem. “O fabricante é responsável pela embalagem, mas se ela for ilegal, como fazer? É mais um problema ao agricultor”, avisa Carla. “Um agrotóxico ilegal não tem procedência, não tem garantia, portanto é risco certo ao produtor”, completa.

Freio no granizo

Seguro contra prejuízos com granizo e geada no café

Cleverson Beje



CAFÉ deixa de ser patinho feio

O produtor rural não precisa mais se preocupar com um dos fenômenos mais prejudiciais para a agricultura. A partir de agora, já é possível contratar seguro para perdas ocasionadas por chuvas de granizo. Apesar de raro, o evento costuma devastar plantações, gerando muitos prejuízos aos agricultores.

Para os paranaenses, a nova modalidade deverá proteger os produtores de café, já que o Estado produz mais de dois milhões de sacas/ano.

A cobertura básica contra granizo se dará para prejuízos ocasionados pela ocorrência onde o segurado tenha que executar procedimentos como arranquio, esqueletamento ou recepa. Essa também é a exigência para a cobertura adicional contra geada que, só poderá ser contratada, como complementar à de granizo. “A demanda por esse tipo de seguro sempre foi muito grande, por isso, decidimos criá-lo. Aos poucos também queremos melhorá-lo, mas já está disponível aos produtores”, explicou o gerente Comercial da UBF Seguros, Rodrigo Rocha.

Além do café, os produtores também podem se proteger de perdas decorrentes de granizo e geadas em produções de citrus, quando houver desvalorização por perda de qualidade dos frutos do pomar. Há ainda seguros para tomate de mesa, tomate indústria, pimentão, cebola e alho.

Animais

Os criadores também podem se prevenir de prejuízos contratando seguros de vida para seus animais. As coberturas são contra diversas fatalidades como morte por doenças, acidentes involuntários, incêndio, raio, ataque de outros animais, parto ou aborto. “Já temos o produto há seis anos e os criadores podem optar pelo seguro de vida para animais de elite ou para o rebanho”, disse Rocha.

TELEFONE DISQUE DENÚNCIA AGROTÓXICOS ILEGAIS 0800 940 7030



Fiscais apreendem produtos ilegais no norte do Paraná

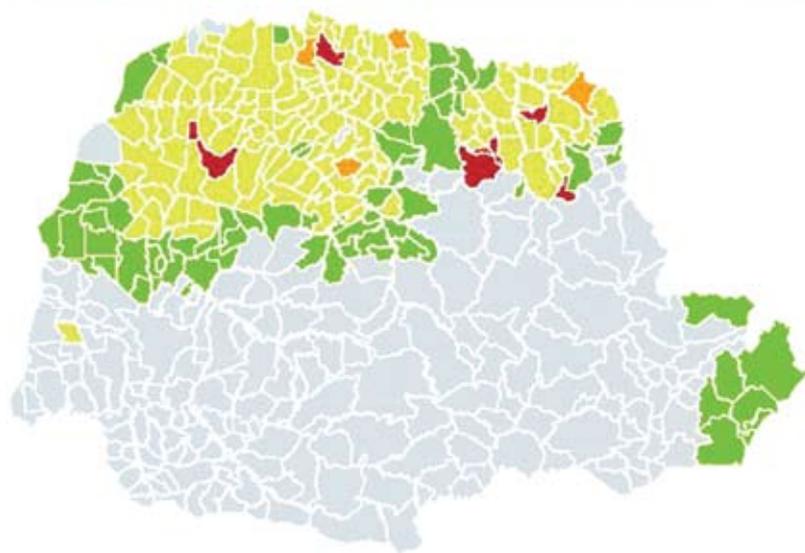
Fim do mito da cana-de-açúcar na Amazônia

Novo zoneamento da cana atinge municípios do Paraná



O MAPA DO ZONEAMENTO

	área atual	área permitida
● 8 municípios não podem aumentar a área*	38.305	0
● 4 municípios teriam que diminuir a área**	52.911	37.109
● 130 podem aumentar a área	542.638	2.682.247
● 70 municípios podem começar a plantar	0	1.129.571
Total dos 204 municípios	633.854	3.848.927
Parte do território do Paraná	3%	19%



* Área total municipal em que o cultivo da cana é recomendado pelo zoneamento.

** O zoneamento exclui da novas regras áreas de produção consolidada no Centro-Sul do país, inclusive no Paraná.

Fonte: MAPA E CANASAT

Infografia: Gazeta do Povo

» Abatiá, Coarado, Nova Olímpia, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, S. A. do Paraíso, S. Gerônimo da Serra, Itapejara não podem aumentar área. » Porecatu, Paranacity, Jacarezinho e Bom Sucesso teriam de diminuir a área.

» 130 municípios podem aumentar área e 70 podem começar a plantar

O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE Cana), aprovado pelo Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, deve ajudar na inserção das exportações brasileiras de álcool e açúcar, ao acabar de vez com o mito da produção na floresta amazônica. O decreto veta o cultivo na Amazônia, no Pantanal e na bacia do Alto Paraguai, ao mesmo tempo em que demarca as áreas mais aptas para a cultura em todo o País.

Na prática, é uma resposta a críticas feitas por ambientalistas de que o aumento da produção de etanol no Brasil estaria ameaçando o ambiente e a floresta amazônica. E tira também qualquer base supostamente ecológica para medidas protecionistas de outros países.

O ZAE Cana proíbe o plantio da cultura em 81,5% do território brasileiro. Se for computada a área em que o cultivo não é recomendado, chega-se a 92,5% do território.

Mesmo com as limitações, o zoneamento eleva de 8 milhões para mais de 64 milhões de hectares o estoque de terras aptas ao plantio de cana. Segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, as novas áreas são suficientes para atender as demandas para as próximas décadas.

O plantio poderá ser feito em terras degradadas, pastagens ociosas e nas novas áreas definidas no zoneamento agroecológico. O principal instrumento para forçar o cumprimento da medida é a política de crédito, que será orientada para financiar só as áreas mapeadas no plano.

Em relação à queima da cana, o projeto não permite a medida em áreas acima de 150 hectares, onde a colheita pode ser mecânica. Haverá um cronograma de transição, até 2017, para adotar o sistema.

O ZAE Cana deixa de fora das novas regras as áreas de produção já consolidadas nos estados do Centro-Sul. Além do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás também são beneficiados. Em tese, a área apta para a cana-de-açúcar no Paraná poderia saltar de 633 mil hectares para 3,8 milhões de hectares, ou seja, de 3% do território para 19%. Mas isso dificilmente irá acontecer, por que o estado tem tradição e mercado cativo na produção de grãos, com lavouras temporárias como soja, milho, feijão e trigo.

“O zoneamento não determina se haverá ou não expansão da cana no Brasil, apenas abre espaço para essa possibilidade. Funciona como um indutor, apontando claramente ao investidor quais as melhores áreas em cada estado”, diz o coordenador-geral de Açúcar e Álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Cid Caldas, citado pelo jornal Gazeta do Povo.

Aluga-se colheitadeiras

Aluguel de máquinas vira um bom negócio

"ERNESTÃO"
e sua
possante



Roberto Betim

Quem tem 400 ou 600 mil reais para “empatar” num maquinário que será usado apenas três meses por ano? No Paraná, onde predominam pequenos e médios agricultores, poucos podem dispor do capital exigido para se ter e manter uma colheitadeira. A alternativa é terceirizar a colheita, uma prática que existe há décadas, mas que, com a crise, atrai a atenção dos fabricantes de máquinas agrícolas. A AGCO, que produz as marcas Massey Ferguson e Valtra, começou um projeto-piloto de aluguel de máquinas com sete revendas brasileiras e pretende disseminar a estratégia em toda a América do Sul.

É um ramo cheio de peculiaridades. Tem gente que contrata somente pelo preço. Outros, há anos têm os mesmos parceiros e não trocam por nada os prestadores de serviço. “É uma disputa, como entre caminhoneiros. Um faz o serviço por 50, outro por 20. Eu tenho o meu serviço e o meu preço. E clientes que, pela confiança, estão comigo há mais de vinte anos”, diz Ernesto Hennipman, de 66 anos, que mantém uma estrutura permanente de nove colheitadeiras e onze operadores na região de Tibagi.

Houve época melhor para o serviço terceirizado de “Ernestão”, como é conhecido o produtor-mecânico-empresário. Ele chegou a ter quinze colheitadeiras, mas diminuiu o tamanho da frota por causa do tempo cada vez mais escasso para colher soja. “Antigamente tinha três meses de safra. Hoje, são vinte ou trinta dias e já terminou”, diz. A colheita acelerada e a concorrência das máquinas que descem do Norte do estado fizeram Ernestão trocar a soja pelo feijão. “A colheita de feijão começa em de-

zembro e termina em junho. São seis meses e é o que me dá lucro hoje”, explica.

Em Londrina, o plantio começa com um mês de antecedência, o que possibilita também colher antes e oferecer o aluguel da colheitadeira para outras regiões. “A gente adianta a colheita e depois transfere a máquina para Arapoti, Castro e Mauá da Serra, onde é mais frio”, explica Wilson. Tem produtor que desce com o maquinário até Minas e Goiás. O produtor londrinense arrisca dizer que metade da colheita, na região Norte, é feita de forma terceirizada.

“A colheita é o resumo de toda agricultura. Se você atrasar uma colheita de soja, pode perder até dois mil quilos em um caminhão que levaria quinze mil. O grão tem volume, mas perde peso. Não dá para brincar com isso”, diz Ernesto Hennipman.

A colheita é assunto tão sério que o produtor Ivo Arnt, de Tibagi, decidiu terceirizá-la totalmente há 14 anos. Vendeu duas colheitadeiras para o prestador de serviço e fez um contrato de prioridade na colheita. Hoje o terceirizado, José Carlos de Souza, ou apenas Zequinha, tem dez colheitadeiras que trabalham quase em tempo integral para colher os cinco mil hectares de Arndt. “Se eu fosse ter minhas próprias colheitadeiras, me custaria seis milhões de reais, sem contar o pessoal de apoio.”, diz Arnt.

E como vai ficar o mercado com a disposição dos fabricantes de entrar neste negócio? “Vamos aguardar para ver. Quem lida com isso deve ter larga experiência. Ou você sabe com quem está mexendo, ou corre o risco de dar um tiro no escuro”, avalia Ernestão, de Tibagi.

}}

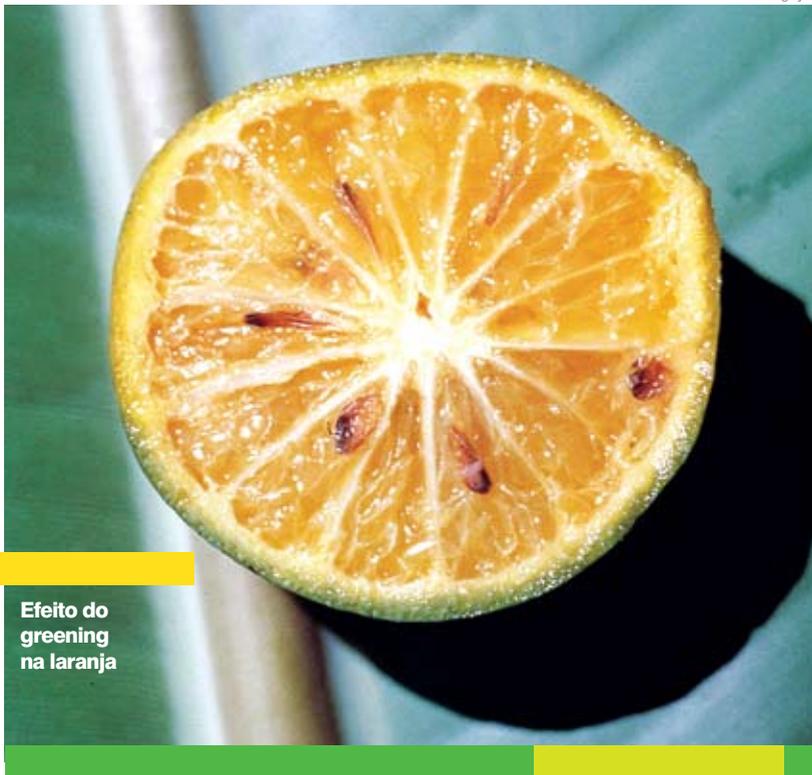
Óleo diesel não entra na conta

O cálculo do preço do aluguel de maquinário agrícola costuma seguir o sistema de equivalência-produto. Assim, no Norte, paga-se oito sacos por alqueire para a colheita do trigo (8 x R\$25,50 – preço mínimo) ou sete sacos por alqueire para a soja (7 x R\$ 42,00). O peso dos gastos com a colheita não costumam ultrapassar 5% do custo de produção, segundo Wilson Moro, enquanto o fungicida pode atingir por 30 ou 35% dos gastos. Só não entra no cálculo o óleo diesel, que fica por conta do contratante.

Na última safra, o excesso de chuva tirou a qualidade do trigo que só pôde ser usado como triguilho, para ração. Nesse caso, o preço combinado no Norte foi de R\$ 200,00 por alqueire. Quando “descem” para outras regiões, os produtores nortistas pagam 10% para o operador, que não tem vínculo em carteira de trabalho. Na região dos Campos Gerais, Ernestão cobra, para colher, oito sacos por alqueire de soja. No feijão, o serviço é mais caro, R\$ 250,00 por hectare, por causa das exigências e melindres da colheita – “tem que colher limpo e não pode passar mais de três dias após a dissecação”.

R\$ 7,5 mi para a defesa sanitária vegetal

Agrônomos da Secretaria da Agricultura discutem metas para a defesa sanitária no estado



Divulgação

Efeito do
greening
na laranja

“ Quando uma praga não é tratada da maneira correta, isso influencia diretamente na vida do produtor rural e também a cadeia frente ao mercado ”

Gilmar Paiola, engenheiro agrônomo coordenador do DDSV da Seab

Independente de ser um inseto como o que transmite a bactéria do greening nos cítricos ou um fungo como o *Pyricularia grisea*, causador da brusone, as pragas devem ser combatidas. E o melhor caminho é a prevenção. Um convênio assinado entre o Ministério da Agricultura (Mapa) e a Secretaria da Agricultura (Seab) repassa ao estado R\$ 7,5 milhões para serem investidos em sanidade vegetal divididos da seguinte forma: R\$ 5.925.000,00 em prevenção, controle e erradicação de pragas vegetais; e R\$ 1.575.000,00 em vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais e seus produtos.

Nos dias 6 e 9, a Seab reuniu em Curitiba cerca de setenta engenheiros agrônomos que atuam na fiscalização sanitária vegetal. O objetivo foi harmonizar os procedimentos de fiscalização e discutir metas da Secretaria da Agricultura com relação à sanidade vegetal.

O Departamento de Defesa Sanitária Vegetal (DDSV) da Seab irá utilizar os recursos do convênio com o Ministério da Agricultura na compra de veículos, computadores, monitoramento e custeio na defesa da sanidade vegetal. “Devido a esse investimento estamos capacitando os nossos engenheiros agrônomos fiscais que atuam na prevenção, controle e erradicação de pragas”, disse Gilmar Paiola, engenheiro agrônomo coordenador do DDSV da Seab.

Pragas e infestações são extremamente prejudiciais ao produtor e ao agronegócio. Quando determinada praga atinge uma cultura, vai afetar na safra e isso irá refletir no bolso do agricultor. “Quando uma praga não é tratada da maneira correta, isso influencia diretamente na vida do produtor rural e também a cadeia frente ao mercado”, disse Paiola.

Marcilio Martins Araújo, engenheiro agrônomo do Departamento de Sanidade Florestal da Seab, disse que o produtor deve ficar ciente que tomando alguns cuidados já estará ajudando no combate a pragas. “Adquirindo produtos certificados, exigindo nota fiscal esses cuidados também são formas de prevenção”, disse Araújo. O agricultor também pode informar os órgãos de defesa quando notar algum sintoma na sua propriedade.

A reunião tem a intenção de dar resultados imediatamente. “Assim que nossos agrônomos e técnicos voltarem para suas regionais, a ideia é que eles já atentem para o que foi discutido aqui”, disse Paiola.

Os participantes do encontro ficaram durante quatro dias hospedados em Curitiba discutindo defesa sanitária oito horas por dia. A participação dos agrônomos foi importante ao passo que a troca de informação é fundamental na busca de soluções.

Boas histórias são as que ficam

Há 14 anos o Programa Agrinho começou a contar uma história

Os principais personagens são estudantes, professores e comunidade de todos os cantos do estado. São eles que estão escrevendo o enredo com as lições aprendidas e ensinadas nas salas de aula e nas comunidades onde vivem.

Curiosamente, nós que levamos o Agrinho para o campo, agora estamos aprendendo novas lições por meio das histórias que eles vivem.

Boa leitura!

Ágide Meneguette
Presidente do Sistema FAEP



78,2 mil professores
8 mil escolas em **388** municípios
1 milhão e 400 mil crianças

Em março passado, 1.400.000 crianças iniciaram uma aventura. A aventura da educação, do conhecimento. Anualmente o SENAR-PR promove o Concurso Agrinho. Mais de 6 mil professores, crianças e escolas participaram este ano. A entrega dos prêmios aos vencedores nas categorias desenho, redação, experiência pedagógica, escola e município Agrinho será dia 23/10, às 10 horas, no Expo Unimed, em Curitiba.

Boa água e reciclagem em Ribeirão Claro

Caixa d'água para 95 famílias

A população de Ribeirão Claro, no norte pioneiro, tem um baixinho de orgulho da cidade ter se tornado um polo turístico importante com atividades como o ecoturismo, pesca esportiva, passeios náuticos e turismo rural. Mas certamente seus 13.389 habitantes (2007) tem agora outros três motivos para se orgulhar.

Há dois anos o primeiro lugar regional do concurso anual do Agrinho foi dos alunos e professores da Escola João Teodoro da Silva. Eles conseguiram mobilizar a prefeitura e a população para a construção de uma caixa d'água de 15 mil litros no patrimônio Três Corações, local da escola. Hoje, o reservatório atende 95 famílias com captação de uma mina na Serra de Cantagalo. A professora Neli Oliveira Ferreira coordenou o projeto que deixou a comunidade feliz da vida e agradecida. Como dona Venina Rosa Carriel, dona da venda do pequeno povoado. "Agora está uma beleza, porque antes a gente tinha de buscar água

num riozinho ou usar baldes para pegar a água da chuva", diz ela.

Outro projeto nasceu na Escola Correia de Freitas, com a professora Giovana Aparecida Cornélio e seus alunos. Eles fizeram um mutirão na cidade informando sobre a reciclagem do lixo e entregaram saquinhos de plástico. Todo mundo gostou da idéia e a Prefeitura prometeu reativar a usina de reciclagem de lixo que estava parada. Ponto para a professora, para a garotada e para a Prefeitura.

Agora, a escola deu continuidade ao projeto, ensinando os alunos a aproveitar os resíduos orgânicos (inclusive o que resta das merendas), fazendo compostagem e transformando em adubo para a horta da escola.

Também em Ribeirão Claro, os ensinamentos do Agrinho resultaram na construção de casa para moradores pobres da localidade de Barro Preto e na colocação de placas para sinalizar ruas da cidade.



“ Agora está uma beleza, porque antes a gente tinha de buscar água num riozinho ”

Venina Carriel,
moradora de Ribeirão Claro



Vida no Tapiracuí

Construção de banheiros

Os 10 famílias de Bela Vista do Tapiracuí, pequena comunidade de Tapejara, 15 mil habitantes, no noroeste paranaense, estavam contaminadas por verminose por não possuir banheiros e usar os quintais de suas pequenas casas como sanitários. Dona Maria Zenita da Conceição, 83 anos, se queixava da “falta de vontade de comer”, resultado dos vermes. A filha Maria Aparecida está com cisticercose, provocada pela ingestão de alimentos contaminados por “*tênia solium*” encontrada em fezes humanas. “Eu já tive crises muito fortes e o médico disse que era a tênia. A gente usava o quintal lá atrás para fazer as necessidades, e a horta era ali. Deve ter sido por isso”, explica Aparecida. A filha dela, Tamires, também está com a cisticercose, doença que causa convulsões e pode levar à morte.

Os alunos da escola municipal Doutor Ulisses Guimarães, na área urbana de Tapejara, conscientizados pelo Agrinho, descreveram as condições de Tapiracuí à professora Maria Isabel da Silva Agostinho. Ela desenvolveu com as crianças um projeto Agrinho para construir ba-



**Dona Maria
Zenita e sua filha
Maria Aparecida**

ova em racuí

iros garante sanidade

nheiros. Conseguiu proibir as hortas próximas a locais contaminados com o apoio da Vigilância Sanitária, e graças às visitas educativas das crianças, duas famílias se conscientizaram, arrecadaram material e construíram banheiros. Um deles na casa de dona Maria Zenita.

A professora Maria Isabel foi mais longe. Encaminhou proposta à Câmara Municipal, aprovada pelos vereadores. A verba deve sair agora, promessa do prefeito da cidade, Osvaldo José de Souza, que era vereador na época. “Já estamos captando 230 mil reais junto à Funasa para construir os seis banheiros que faltam na comunidade”, garante o prefeito.

“ Já estamos captando R\$230 mil para a construção de novos banheiros”

**Osvaldo José de Souza,
prefeito de Tapejara**

A “Ação Família” em Planalto

Alimentos orgânicos em profusão



Resultado da colonização de gaúchos e catarinenses, como o restante do sudoeste paranaense, as pequenas propriedades compõem a estrutura econômica de Planalto, 14 mil habitantes. Com treinamento do SENAR-PR e as cartilhas do Agrinho, os professores da Escola Estadual São Valério, há 16 quilômetros da cidade, passaram a incentivar a produção de alimentos orgânicos entre os filhos dos agricultores.

O projeto foi de vento em popa. Melhorou a alimentação das famílias e foi tão importante que ganhou apoio do secretário municipal de Meio Ambiente, Airtton José Cristman. Inspirado nas hortas, ele criou um programa chamado ‘Ação Família’, que tem hoje 49 outros projetos em andamento. Um deles é o viveiro de mudas para plantar nas escolas da cidade. “O Ação Família veio para colocar em prática aquilo que o Agrinho começou, em benefício

da comunidade”, diz Cristman.

A professora Maria Lúcia Chappo, coordenadora do projeto das hortas, acha que além de melhorar a alimentação, o Agrinho pode ajudar a reduzir o êxodo rural. “Acho que os jovens vão se interessar mais em ficar na propriedade, pois podem aumentar a renda com a produção de orgânicos”.

“ O programa veio para colocar em prática aquilo que o Agrinho começou”

José Cristman, secretário municipal do meio ambiente de Planalto



“Eles aprenderam a importância de preservar e valorizar a cultura”

Professora de história Marinel Chioquetta Ledur de São João

A memória de São João

Museu valoriza história da cidade

Com 11 mil habitantes, a pequena São João, no sudoeste do Paraná, a 600 quilômetros de Curitiba, não tinha museu. Na escola estadual de Dois Irmãos, uma das comunidades rurais do município, professores e alunos decidiram recuperar a história da colonização do local, quase perdida. Coordenados pela professora de história Marinel Chioquetta Ledur, trabalharam durante seis meses para montar o acervo de duas mil peças, numa sala cedida pela Prefeitura. “Eles aprenderam a importância de preservar e valorizar a cultura e agora adoram as aulas da história, que antes consideravam chatas”, comemora Marinel. Lembranças herdadas de pais e avós, a maioria descendentes de italianos e

alemães, foram reunidas, catalogadas e mostradas.

O museu conta como viviam os pioneiros, as ferramentas que usavam no campo, e os utensílios com que preparavam os alimentos. Chamam atenção a canga de bois que antigamente arava o campo, a estrutura do poço de onde se puxava a água de balde, na manivela, e as ferramentas para moer grãos ou ralar mandioca, usados para fazer as farinhas. O projeto fez tanto sucesso que as crianças viraram fãs do Agrinho. No dia 25 de setembro, a escola lançou até um livro com os textos escritos para o programa, que ensinou na região a importância do conhecimento, e das memórias, transformando-as em ações práticas.

Lição de cidadania

Um exemplo de solidariedade

Grãos, avicultura e leite formam o trinômio econômico de Palotina, 30 mil habitantes, a 650 quilômetros de Curitiba, no oeste paranaense. Embora apresente a quinta renda per capita entre os paranaenses, o distrito rural de São Camilo destoa do bom padrão de vida da cidade.

Em 2003 uma cooperativa particular de educação, a escola Gabriela Mistral, resolveu trabalhar a cidadania com os alunos. Visitaram as famílias de São Camilo e escolheram a mais frágil. Arrecadaram dinheiro e materiais e, num mutirão, ergueram uma casa para a família de Dulcinéia Braga da Silva. Um mês depois, ela e o marido morreram. Pelo fato de ter residência própria, a filha mais velha conseguiu a guarda do irmãozinho, Igor Braga da Conceição, hoje com 11 anos: “a casa foi o sonho da

minha mãe, e se não fosse ela a Justiça tinha me separado dos meus irmãos”, lembra o menino, emocionado.

A professora Darlene Barbosa Carloto, que coordenou o projeto, diz que foi uma lição inesquecível proporcionado pelo Projeto Agrinho: “não imaginava que as crianças pudessem realizar algo tão grande. A gente aprendeu muito com eles, e viu que dando espaço, é possível formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade”.

Os alunos que participaram do projeto hoje são trabalhadores, universitários, ou empresários que vão ajudar a concretizar ações: “quando lembro que participei da construção da casa, fico feliz e vejo que aprendemos o valor da união e da solidariedade”, diz Raquel Cristina Konrad Burin, hoje estudante de medicina.



“Não imaginava que as crianças pudessem realizar algo tão grande”

Professora Darlene Barbosa Carloto de Palotina



Refeição balanceada

De 8 e 9 de outubro o Sindicato Rural de Mandaguaçu, realizou o curso de culinária básica. As aulas da instrutora do SENAR-PR, Etienne Serrano Alves, tiveram como objetivo orientar 13 produtoras rurais para uma alimentação balanceada. Segundo Etienne, não é preciso gastar muito dinheiro para chegar a este objetivo. Para se ter uma alimentação equilibrada basta aproveitar a época de safra de cada produto e incluir muitos pratos coloridos e frutas à sua dieta.

CULINÁRIA BÁSICA 2

Perobal

O Sindicato Rural de Perobal também ofereceu o curso de culinária básica nos dias 16 e 17 de setembro. As aulas foram ministradas pelo instrutor do SENAR-PR Marco Antonio Andreotti e contaram com a presença de 15 mulheres da região, com ingredientes custeados pelo Sindicato.



SAÚDE

Ervas medicinais

De 8 a 9 de outubro o Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o Curso de Plantas Medicinais. O objetivo foi ensinar e ressaltar a importância do cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares utilizando boas práticas agrícolas. O curso foi ministrado pela instrutora do SENAR-PR Tatiane Zeniqueli e contou com a presença de 14 pessoas.



Mercado Futuro

Nos dias 6 e 7 deste mês o Sindicato Rural de Nova Londrina realizou o curso: Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Mercado Futuro. As aulas foram ministradas pelo instrutor do SENAR-PR Anselmo Selhorst. Ele ressaltou aos participantes a importância de se optar pela melhor forma de produção em cada propriedade e sobre as ferramentas de gerenciamento de riscos e proteção de preços.

QUERÊNCIA DO NORTE

Conhecimento faz toda a diferença

Os cursos do SENAR-PR estão fazendo a diferença para a vida de Pedro Antonio de França. Recentemente ele participou de dois cursos, o Empreendedor Rural e De Olho na Qualidade Rural oferecidos pelo Sindicato Rural de Querência do Norte. Pedro França tem 37 anos. A partir dos conhecimentos adquiridos no De Olho, ele passou a prestar serviços trabalhando na organização de propriedades rurais do município. O trabalho extra complementa a renda familiar com uma média de R\$ 700 ao mês.



MEDIANEIRA

Desenvolvimento Comportamental

Desde o primeiro dia do mês de setembro o Sindicato Rural de Medianeira vem promovendo o Curso de Desenvolvimento Comportamental. No dia 29 de setembro os integrantes do curso se vestiram de palhaços e visitaram a sede local da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Eles fizeram diversas brincadeiras com as crianças, que felizes querem remarcar a visita. Os encontros são comandados pela instrutora do SENAR-PR Eliana Cristina Fedrigo Scherbak, e seguem até o começo de dezembro.

Realizado o 1º Festival de Cordeiro em Castro

O SENAR-PR, SENAC-PR, Sindicato Rural e Prefeitura realizaram nos dias 6, 7, 8 e 9 de outubro o 1º Festival de Cordeiro de Castro. Durante o festival foram realizados cursos de Corte em Carne de Cordeiro, ministrado por instrutores do SENAR-PR e de Culinária, ministrados por instrutores do SENAC-PR. Ao todo foram 22 participantes, entre produtores rurais e trabalhadores do ramo de hotéis e restaurantes. Houve também um jantar onde os pratos, preparados com carne de cordeiro, foram preparados pelos alunos do curso de Culinária.



Combate às formigas

No dia 5 de outubro o Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu em Santa Amélia o Curso de Aplicação de Agrotóxicos para mostrar como se controla a ação das formigas cortadeiras. No curso, os participantes aprendem a identificar os gêneros de formigas cortadeiras e seus aspectos biológicos, estabelecendo formas eficazes de combate. O curso foca o uso correto e seguro de inseticidas, visando evitar contaminações no meio ambiente e à saúde do homem.



Encerramento

Fotos: Divulgação

O dia 8 de outubro marcou o encerramento do Programa Mulher Atual em Palotina. O presidente do Sindicato Rural, Nestor Araldi, agradeceu a participação das 23 mulheres. Segundo ele cresce cada vez mais o número de pessoas que demonstram interesse em participar dos cursos oferecidos pelo SENAR-PR e Sindicato Rural.



Mangueirinha

Do mês de julho ao dia 6 de outubro, semanalmente, eram realizados os encontros do Programa Mulher Atual em Mangueirinha. As aulas ministradas pela instrutora do SENAR-PR Marisa Acorsi abordavam a agropecuária regional e as melhorias que a tecnologia pode trazer ao município. No total, 19 mulheres concluíram o curso e estão prontas para colocarem o aprendizado em prática.



Melhores trabalhos

O Sindicato Rural de Arapoti em parceria com a prefeitura municipal premiou os melhores trabalhos dos alunos da cidade. O objetivo da etapa local foi estimular crianças e professores a realizarem a integração entre as escolas e a comunidade. Os trabalhos têm como objetivo o bem estar da sociedade e preservação de recursos naturais.

Classificação de grãos



De 31 de agosto a 4 de setembro o Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou o Curso Classificação de Grãos (milho, soja, trigo e feijão) durante a Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial da Região. O curso foi ministrado pela engenheira agrônoma e instrutora Ivonete Teixeira Rasêra no estande do Sistema FAEP, que recebeu a visita das duas turmas do JAA do município.

JOVEM AGRICULTOR APRENDIZ 1

Sustentabilidade

No dia 5 de outubro a Prefeitura de Pitangueiras e o SENAR-PR realizaram o último encontro do curso Jovem Agricultor Aprendiz da cidade. O engenheiro agrônomo e também prefeito da cidade, Cristovon Ripol, ministrou a aula para 45 jovens formandos. Ripol falou da importância do meio rural como negócio sustentável e incentivou os jovens à sucessão familiar.

JOVEM AGRICULTOR APRENDIZ 2

Responsabilidade social

Os 30 alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz de Floresta irão contribuir com a alimentação do orfanato municipal. A parceria é muito interessante. O orfanato oferece o espaço para que os jovens agricultores possam realizar as aulas práticas do módulo Olericultura e após o término do curso, os produtos colhidos serão destinados à merenda das crianças. O JAA em Floresta é ministrado pela instrutora do SENAR-PR Patrícia Ferreira Pimentel e se encerra dia 19 de novembro.



Doma racional

De 28 de setembro a 8 de outubro o Sindicato Rural de Campina da Lagoa com o apoio da Associação dos Pecuáristas da Região de Campina da Lagoa (APRECAL), realizou o curso Doma Racional de Equídeos. As aulas ministradas pelo instrutor Olímpio Batista Giovanelli abordaram temas relativos ao manejo correto do animal, como por exemplo, aspectos fisiológicos, alimentação, saúde entre outros. Ao todo 13 pessoas participaram do evento.

JARDINAGEM 1

Mangueirinha

De 5 a 7 de outubro, o Sindicato Rural de Mangueirinha realizou Curso de Jardinagem. A instrutora do SENAR-PR Rosania Balasso ministrou aulas teóricas e práticas. A turma incluiu trabalhadores responsáveis pela jardinagem do município.



JARDINAGEM 2

Curso na Apae

O Sindicato Rural de Astorga, em parceria com o SENAR-PR, realizou de 5 a 7 de outubro, o Curso de Jardinagem para alunos da Apae de Iguaraçu. As aulas foram ministradas pela instrutora do SENAR-PR, Cássia Helena Borghi de Barros, que se disse realizada ao trabalhar com pessoas que se dedicaram tanto aos treinamentos.



DEU NA IMPRENSA

Micheletto e o Código Florestal

» A comissão especial que discute mudanças no Código Florestal Brasileiro na Câmara Federal será presidida pelo deputado paranaense Moacir Micheletto (PMDB). Para a relatoria, Micheletto indicou Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Veja trechos de sua entrevista à *Gazeta do Povo*:

» Trouxemos para o Congresso essa discussão, que não pode ficar a cargo apenas do Ministério do Meio Ambiente. O Brasil vive hoje uma tortura ambiental, feita a partir de resoluções intempestivas, que só penalizam o agricultor. As determinações só cobram do produtor e não são nada pedagógicas. Por isso, de uma forma ou outra, a mudança vai acontecer.

» A mais importante (mudança) delas é permitir que as políticas ambientais sejam executadas pelos estados, conforme prevê a Constituição. A realidade local é conhecida pelos estados e não daqui de Brasília.

» Quem vai definir a aprovação do relatório é o plenário, que é constituído por 513 deputados. Não são 18 parlamentares que vão querer impor uma legislação ambiental para o Brasil. Temos tudo para dar certo

Aos Mestres, computadores

» Pouco mais de um mês após ter sido implementado em caráter experimental em cerca de 30 cidades brasileiras, o Programa Computador Portátil para Professores será estendido para todo o país. Os computadores comprados pelos professores serão entregues pelos Correios na casa do docente ou na própria escola.

O valor máximo do equipamento financiado não deve ultrapassar R\$ 1,4 mil e pode ser escolhido pelo próprio interessado no site da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Agência Brasil

IPVA mais barato

Proprietários de veículos que se assustaram com o IPVA 2009 podem ter uma nova surpresa no ano que vem, mas dessa vez será boa. "A queda para automóveis deverá ser entre 12% a 13%, em comparação com o IPVA 2009", afirma o coordenador técnico do setor de veículos da Fipe, João Alves. Para os utilitários e comerciais leves, a redução deverá ficar em torno de 5%. A redução é provocada pela desvalorização dos veículos usados.

Gazeta do Povo



Saúva-Limão

» Notem as curvas dianteiras e traseiras desta *Atta sexdens rubropilosa*, conhecida como Saúva-Limão. Com estes apetrechos elas invadem e destroem pastos. São 200 espécies e se constituem numa das piores pragas agrícolas. Mas, na foto, são muito interessantes!

Você lembra?



» Quando o **REAL** tornou-se a moeda brasileira (1994), a **INFLAÇÃO** acumulada em 11 meses era de

3.700%



» Para este ano a Fundação Getúlio Vargas prevê uma **INFLAÇÃO** de

4%

Barulhento

» O **ROTTWEILER** é o cão que late mais alto - 105 decibéis e quando está brabo supera o barulho de uma escola de samba ou da sirene de ambulância (100 decibéis)



Quem é o dono da Lua?

» Todo mundo. Pelo menos é isso que diz um acordo assinado pelos membros da ONU em 1967. O Tratado do Espaço estabeleceu que nenhum país pode se apropriar de corpos celestes, mas não fez qualquer restrição quanto à exploração comercial ou científica. Sem regras estabelecidas, o direito de uso é de quem chegar primeiro.



“ **O Brasil só conquistou o G20 por causa da agricultura**”

Eliane Cantanhede, colunista da F. de São Paulo

Made in Japan

» Os japoneses são responsáveis pela chegada do caqui doce e a tangerina poncã nos anos 20 ao Brasil. A partir da década de 1930 muitos deles trouxeram mudas junto com suas bagagens nos navios, caso do



morango e da uva-ítdlia, que apesar de ser italiana, chegou por mãos japonesas. A maçã Fuji é a caçula, chegou em 1971. A avicultura brasileira apenas ensaiava um vôo de galinha até a década de 1930. A atividade só decolou de vez com a importação de aves-matrizes do Japão e com a experiência dos imigrantes japoneses nas granjas. Hoje são abatidos mais de um bilhão de frangos por trimestre no país.



Fotos: Arquivo



MOSAICO

Voando

» João Paulo II, Em 26 anos de pontificado, percorreu 1 250 000 quilômetros em 104 viagens. Lula vai empatar?

50%

» Dos professores no país, recebem menos de R\$ 720 por mês.

50 mil garrafas

» Erguido em 1928, o hotel George V, em Paris tem diárias a partir de R\$ 2.300,00 .Durante a Segunda Guerra Mundial, o acervo de sua adega foi emparedado para escapar da pilhagem alemã. O hotel trocou de proprietário em 1997 e as 80 garrafas remanescentes foram leiloadas. Hoje a adega tem 50 mil garrafas, entre elas, raridades que justificam as visitas guiadas que ocorrem ali: a mais antiga, um vinho Madeira, safra 1850, vale 100 mil reais.

Pechincha

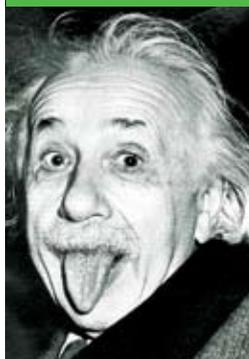
» Em números atuais, 1,6 bilhão de dólares foi o valor que os Estados Unidos pagaram para ampliar seu território em 11 vezes. O Brasil pagou à Bolívia 2 milhões de libras pelo Acre.

Balança amiga

» Pessoal, acabou meu sofrimento: Finalmente descobri COMO ME PESAR!



Eu não consigo acreditar que estava fazendo errado todos esses anos...
Avisem a todo mundo!!!



“ **Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, no que diz respeito ao universo, ainda não adquiri a certeza absoluta**”

Albert Einstein

Fotos: Arquivo



Cartão de crédito

» O primeiro cartão de crédito universal, aceito em estabelecimentos de donos diferentes, surgiu em 1950. Inventado em Nova York por **FRANK MCNAMARA**, o criador da empresa



Diners, ele era de papelão. Era aceito em apenas 27 restaurantes.

Finalmente! Apoio oficial à comercialização do trigo

Governo Federal
anuncia leilões e
atende reivindicação
de entidades

O governo federal se comprometeu em apoiar a comercialização de 1 milhão e 500 mil toneladas de trigo do Paraná por meio de leilões semanais de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), conforme reivindicação do setor produtivo. Em agosto a FAEP, Ocepar, Seab/Pr e Fetaep haviam solicitado ao Ministério da Agricultura apoio à comercialização do milho e trigo. O governo acenou que essa semana começa a divulgar os leilões.

Como os armazéns estão lotados com milho e trigo não haverá Aquisições do Governo Federal (AGF), somente PEP. Serão realizados dois tipos de leilões: um destinado ao escoamento da produção e outro que possibilita a participação de qualquer comprador, inclusive do moinho de origem do Estado do produto, como os do Paraná.

Os editais dos leilões serão divulgados no site da FAEP (www.faep.com.br)

}} DICAS

MDA e o Proagro para trigo

Em relação aos danos causados em lavouras de trigo no Paraná por excesso de chuvas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destacou alguns pontos que devem ser observados na comprovação de perdas.

Quanto aos normativos em vigor: chuva excessiva e estiagem têm cobertura do Proagro e a brusone e giberela têm método de controle difundido e, portanto, em princípio, não têm cobertura do Proagro.

Quanto ao processo de apuração das perdas provocadas pelo excesso de chuvas e tratamento de situações de baixa eficácia dos defensivos para controle de Brusone e Giberela. Em situações em que os defensivos aplicados para controle de doenças do trigo tiveram sua efetividade fortemente prejudicada pelo excesso de chuva, ou a aplicação acabou se tornando tecnicamente inexecutável, poderá haver cobertura para os danos causados pelas doenças acima, desde que:

a) Seja efetuada vistoria na lavoura, conforme previsto nas normas, que comprove a ocorrência de perdas superiores a 30%, em condições amparáveis pelo Proagro.

b) O excesso de chuva e a inexecutabilidade dos métodos de controle tenham sido tecnicamente comprovados com dados meteorológicos, confirmados com informações locais sobre a precipitação pluviométrica verificada e vestígios deixados pela ocorrência, além da constatação das condições adversas quanto o uso dos produtos químicos e da sua pouca ou nenhuma atuação no controle das doenças no trigo.

c) Seja formalizado Relatório de Comprovação de Perdas, no qual estejam descritas as situações apuradas na vistoria da lavoura, conste a justificativa técnica quanto ao inexecutabilidade dos métodos de controle e seja anexada a documentação que comprove os elementos apontados no relatório (fotos, dados meteorológicos e outros).

d) Seja comprovada a aquisição dos insumos. O agricultor deve apresentar as notas fiscais. A não apresentação sujeita a aplicação de glosas conforme previsto nas normas. A definição quanto o deferimento da cobertura depende do atendimento dos requisitos acima e demais condições do Manual do Crédito Rural e será objeto de análise pela equipe especializada do agente do Proagro.

O Agronegócio, segundo a PUCPR

Os setores de agricultura, silvicultura e exploração florestal podem gerar 70 postos de trabalho para cada R\$ 1 milhão investidos, sendo 53 diretos, 7 indiretos e 10 induzidos. É o que mostra o estudo do professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Ricardo Kureski, evidenciando a importância socioeconômica do agronegócio paranaense na geração de empregos. A pecuária e a pesca poderiam gerar 73 postos. A agroindústria, englobando a produção de alimento e bebidas, geraria 39 postos de trabalho para cada R\$ 1 milhão investido. Esses índices são superados somente pelo setor de metalurgia (79 postos), artigos do vestuário e acessórios (72) e de outros serviços (123). Já o setor automobilístico tem potencial para geração de 15 postos de trabalho, sendo apenas uma vaga direta. O estudo é baseado na última matriz insumo-produto calculada em 2006 para o Estado do Paraná. O resultado mostra, portanto, que políticas públicas voltadas para o agronegócio possuem um elevado potencial na geração de renda e bem estar social no Estado do Paraná.

Café nota 10

A Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Acenpp) recebeu em setembro a licença oficial da Associação 4C - Código Comum para a Comunidade Cafeeira. Esse reconhecimento internacional dá à Acenpp amplo direito de comercializar café 4C e abrange 100 propriedades rurais que integram o grupo.

O 4C é uma associação aberta, criada por uma parceria pública-privada e atualmente localizada em Bonn, na Alemanha, da qual participam cerca de 130 membros, incluindo produtores de café, torrefadores, responsáveis pela comercialização, processadores de café, comércio e indústria, sindicatos, organizações não governamentais e outros parceiros.

Os participantes seguem um código de conduta regulado por boas práticas que visam a sustentabilidade social, econômica e ambiental nas várias fases do processo, como plantio, colheita, pós-colheita e comercialização do café.

O salto transgênico

A soja transgênica deu um salto substancial a partir da safra 2006/2007, com a liberação do plantio pelo Governo do Paraná. A área com a semente modificada passou a 56% do total. Na safra seguinte, o percentual recuou para 49%, devido aos resultados de produtividade pouco expressivos na anterior. Na mais recente, a soja transgênica já era realidade em 65% da área cultivada e para a safra 2010/2011 deve chegar a 70%. O zoneamento agrícola à soja no Paraná iniciou dia 1º.

Errata

Ao contrário do que foi publicado na página 4 do Boletim Informativo nº 1070, a quantidade de BHC declarado por agricultores à FAEP é 22,5 toneladas. E não 225 toneladas de BHC como foi publicado.



**PRA BOI
NÃO DORMIR**

Produção de suínos continua a aumentar

» De acordo com o último relatório do USDA a produção de suínos continua subindo. E o preço parece que vai acompanhar. Esse cenário é favorável aos produtores brasileiros, principalmente se o Brasil conquistar novos mercados no médio e longo prazo.

Gripe A H1/N1

» A vacinação contra a gripe A H1/N1 começou essa semana nos EUA. As primeiras doses foram distribuídas no estado de Iowa. Alguns postos de saúde não receberam os lotes de vacina como se esperava. No entanto as autoridades estão otimistas e consideram o início da campanha um sucesso. Agora é só esperar pelos resultados.

Frigoríficos se comprometem com o meio ambiente

» Marfrig, Bertin, JBS-Friboi e Minerva assinaram um acordo com o Greenpeace para não comprar animais de propriedades que desmatam a floresta amazônica. A proposta é certificar os fornecedores e assim garantir que os produtores não desmatam a floresta. A indústria se prepara para atender as exigências de um mercado cada vez mais preocupado com o meio ambiente.

EUA contra a UE na OMC

» Os EUA entraram com um protesto formal na OMC contra o embargo europeu a carne de frango. A União Européia alega que o uso de cloro em alta quantidade para higienizar as carcaças de frango durante o processamento compromete a qualidade da carne. O embargo existe desde 1997 e parece que está longe de acabar.

UE e suas exigências

» As exigências da UE começam a afetar a própria UE. As medidas do bloco que afetam seus fornecedores agora comprometem a produtividade de seus produtores. Os custos estão aumentando e os produtores começaram a reclamar. No momento o bem-estar animal é o principal problema. As novas instalações estão consumindo o dinheiro e a paciência dos produtores.



Safras passadas, dívidas e repactuação

A súmula 286-STJ estipula que "a renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores". Esse entendimento do Superior Tribunal de Justiça decorreu da orientação jurisprudencial das duas Turmas integrantes da 2ª. Seção. A questão mostra-se comum no financiamento rural substrato em que a cada safra o tomador do empréstimo busca recursos para realização da produção. Em realidade, a súmula revela que a repactuação de contrato ou contratos, sucessivos ou contemporâneos, não tem a força de isentar eventual injuridicidade. Estas não desaparecem ante a mera renegociação da dívida. A própria novação, instituto diverso da simples renegociação ou confissão da dívida, não possibilita a convalidação de obrigações nulas, conforme regramento da lei civil. Daí a possibilidade de reexame de estipulações firmadas em contratos anteriores.

A temática moderna do direito econômico relativo a financiamentos e empréstimos enfatiza a possibilidade de revisão dos contratos e suas cláusulas. Assim, o elenco das teses possíveis na demanda amplia-se, pois, poderão ser verificadas as contas gráficas (extratos) ao tempo dos financiamentos e seus lançamentos, se de fato se acham consentâneos com a disciplina legal da época, isso em termos de avenças pretéritas. O resultado poderá vir a ser a readequação do saldo devedor, pois o alcance do debate é extenso no direi-

to revisional. Assim, tratando-se de continuidade negocial qualquer lesão ao direito anteriormente praticada, inobstante renegociação posterior, poderá ser novamente examinada mediante procedimento regular, seja através da ação incidental de embargos à execução ou procedimento autônomo revisional.

Esclarecedor sobre a espécie o contido no julgado, recurso especial nº 591.065/RS(STJ), o qual dá conta da extensão do direito revisional: "... Todavia, se a controvérsia, como na presente hipótese, gira exatamente em torno da ilegalidade da taxa de juros, na inserção de encargos abusivos etc, exsurge evidente que a matéria transcende o momento da repactuação, retroagindo para que seja apreciada a legitimidade do procedimento bancário durante o tempo anterior, em que por atos sucessivos foi constituída a dívida novada..." Na sua parte final e conclusiva a decisão preceitua: "Pelo exposto, conheço em parte do recurso e, nessa parte, dou-lhe parcial provimento, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, onde deve ser objeto de revisão toda a contratação indicada nos autos, respeitada a prescrição vintenária..." Brota do entendimento jurisprudencial examinado o fato de que a renegociação ou confissão de dívida, por si só, não têm o efeito de legitimar cláusulas ou disposições que não se coadunem com o ordenamento jurídico vigente ao tempo dos fatos negociais.

“ A temática moderna do direito econômico relativo a financiamentos e empréstimos enfatiza a possibilidade de revisão dos contratos e suas cláusulas ”



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Jornalista responsável

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico

Ctr'l S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Atenção para o plantio de milho transgênico

Os produtores de milho transgênico precisam estar atentos à Resolução Normativa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio) publicada no Diário Oficial da União que estabelece normas para o plantio do produto. A resolução apresenta duas alternativas de espaçamento entre lavouras.

A primeira delas diz que a distância mínima entre uma plantação de milho transgênico e outra de milho não-transgênico deve ser de 100 metros. Já a outra alternativa permite empregar uma distância de 20 metros entre os dois campos, desde que na área do milho transgênico sejam plantadas 10 linhas de milho convencional. Isso serviria para proteger toda a linha de divisa.

Aqueles que não cumprirem as determinações podem pagar multas que variam entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão e pegar até dois anos de prisão.

MILHO TRANSGÊNICO (GM)

ALTERNATIVA DE ESPAÇAMENTO



» Fonte: MAPA » Infografia: Fernanda Kühn

Prorrogado prazo para renegociação das dívidas rurais antigas

Foi publicada, nesta quarta-feira (14), no Diário Oficial da União (DOU), a Lei nº 12.058 que estabelece no seu artigo 21 a prorrogação de prazos para pagamento de débitos do crédito rural negociadas ao amparo da Lei nº 11.775/2008 (MP 432).

A liquidação de Securitização inadimplida poderá ser realizada até 2009 com os benefícios da Lei 11.775. Já para a renegociação de operações inadimplidas, há a exigência de pagamento integral da parcela com vencimento em 2009 e o saldo remanescente será reescalonado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com o primeiro vencimento para 30 de dezembro de 2009.

As operações de crédito rural já inscritas em Dívida Ativa da União – DAU ou que venham a ser incluídas até 30 de novembro de 2009, foi concedido permissão de renegociação do total dos saldos devedores das operações até 31 de março de 2010 e as execuções fiscais e prazos processuais ficam suspensos até essa data.

A íntegra das leis 12.058/2009 e 11.775/2008 estão no site da FAEP (www.faep.com.br) no ícone “Dívidas Rurais – orientações aos produtores”.

CAMPANHA

Os novos números do BHC

Rui Leão Müller, da Superintendência de recursos hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa), informou que o último dado sobre a quantidade declarada de BHC é de 450 toneladas.

Cerca de 200 agricultores já fizeram suas auto-declarações sobre a posse do veneno. Ainda é pouco.

Não custa alertar que o prazo para realizar a auto-declaração é 30 de novembro.

Informações podem ser obtidas nos escritórios da Emater, sindicatos, cooperativas e Seab.

O BHC foi utilizado para combater a broca do café e matar formigas até 1985, quando foi proibido. Muita gente que tinha este produto estocado o escondeu. Agora é a hora de entregar, sem nenhuma punição. Depois, multa.

Jeca Tatuzinho

Adaptado de texto de Maria R. do Amaral

Monteiro Lobato mostra como é possível progredir e mudar de vida no campo

Jeca morava no sítio. Era solteirão, por isso vivia só. Não totalmente, porque tinha um cão preto, sempre por perto. O apelido de Jeca Tatu advém da maneira como vivia. Caipira assumido e sempre muito sujo. Daí o TATU que é um animal que vive em buracos na terra.

Jeca, de cócoras, no quintal tomava sol. Não calçava, pois não tinha sapatos. Um chapéu de palhas, camisa xadrez e uma calça surrada.

Plantar? Qual o que. Tinha muita preguiça. Meia dúzia de covas para o plantio do milho, e já entregava a rapadura. Buscar lenha no mato, era outra dificuldade. Vinha sempre com uns poucos gravetos nas costas.

O melhor era descansar. Deitava-se em baixo de uma árvore e ferrava no sono. O cãozinho aderira a vida e o caráter do dono. Estirado nas pernas do Jeca dormia a sono solto.

Ah! Mais a marvada da pinga, estava sempre por perto. Era o que atrapalhava e muito.

Um dia passou por ali um médico que ao ver o Jeca, naquele estado de penúria, e amarelo de tanta debilidade física, compadeceu-se dele e pediu para que mostrasse a língua. Logo em seguida disse; Você esta com a língua muito suja. Com certeza está com estômago e intestinos em mau estado. Venha à cidade em meu consultório, que vou providenciar uns exames e ver como está sua saúde.

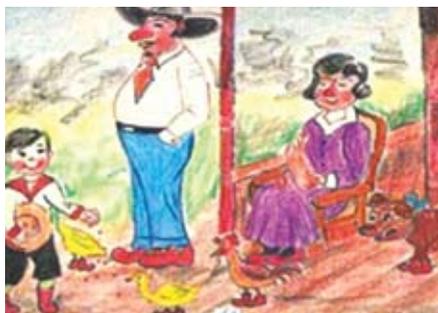
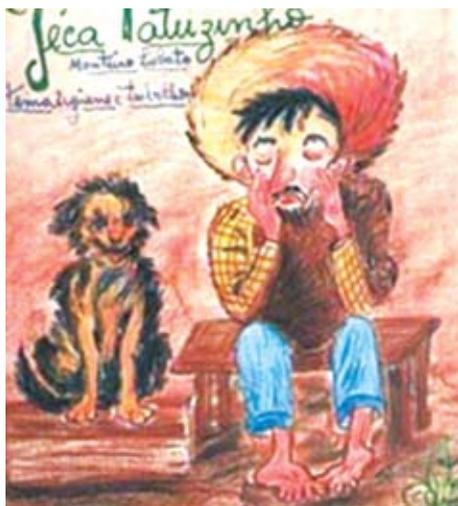
Na volta para casa, Jeca passou na farmácia e já mandou aviar a receita O médico receitou algumas vitaminas e Biotônico Fontoura um fortificante porreta. Comprou também algumas frutas e legumes ovos e leite, passando a se tratar melhor.

Ficou gordo e bonito. Arrumou até casamento.

Fez uma casa maior e bem feita, com varanda e tudo mais. Andava de chapéu e botas. Teve filhos que ele também não deixava que andassem descalços. Pois sabia agora quanto vale a saúde.

Tão compenetrado era, com respeito a isso, que até seus porcos e galinhas, tinham botinas.

Comprou mais terras e formou uma pequena fazenda a quem deu o nome de Fazenda Feliz.



Monteiro Lobato

Jeca Tatu é um personagem criado por Monteiro Lobato em sua obra *Urupês*, clássico da literatura brasileira, escrito em 1918, contendo 14 histórias baseadas no trabalhador rural paulista. Simbolizava a situação do caboclo brasileiro, à base da lei do menor esforço, alimentando-se e curando-se daquilo que a natureza lhe dá, alheio a tudo o que se passa no mundo, menos do ato de votar.



Monteiro Lobato não era um homem convencional, falava o que pensava, agradasse ou não. Polêmica era com ele mesmo. Inquieto, Monteiro Lobato modifica sua análise e escreve "Pobre Jeca. Como és bonito no romance e feio na realidade", transformando-o num novo símbolo de brasilidade. Cria também "Jeca Tatu - a ressurreição". O conto, mais conhecido como *Jeca Tatuzinho*, serviu de inspiração para uma história em quadrinhos bastante popular, que foi divulgada em todo país através do Almanaque do Biotônico Fontoura. Jeca, considerado preguiçoso, bêbado e idiota por todos, descobre que é possível ser um novo homem. Trata-se. E transforma-se em fazendeiro rico.

Tinha telefone, e uma TV que via à noite, sentado em uma cadeira de balanço.

Enfim, o nosso antigo caipira era hoje homem de negócios e aos domingos, ia à cidade, cavalcando um belo cavalo alazão.

Conclusão: O Jeca de outros tempos, agora transformado em seu estado de saúde e progresso financeiro era mesmo um vencedor na vida. Graças a modificação de sua conduta em relação a higiene, a saúde e ao trabalho.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____